

V. 1, n. 1, Uberlândia: 2011. ISSN: 2317-8310

EDUCAÇÃO PÚBLICA

Projetos e Concepções – Uberlândia (1950 – 1970)

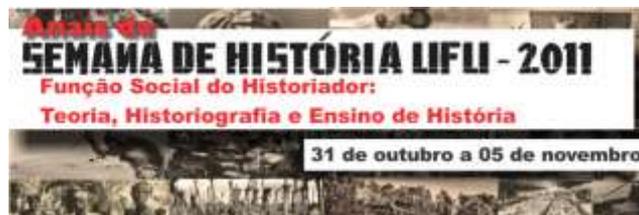
*Leonardo dos Santos Rodrigues **

Resumo: O presente trabalho busca analisar como a Educação Pública foi concebida, planejada e conduzida no município de Uberlândia, Minas Gerais, no período entre 1950 e 1970. Partindo dos pressupostos da História Social a Educação foi encarada ao longo da pesquisa enquanto dimensão da vida em sociedade fortemente marcada pelas relações de classe em que se insere. Da mesma forma, a educação foi encarada como prática com inter-relações com as demais dimensões do real, tais como a economia, a política, a cultura, etc., isso porque todas elas influenciam-se mutuamente. O corpus documental selecionado é composto sobretudo pelos processos da Câmara Municipal de Uberlândia e por publicações periódicas locais, com destaque para o jornal “Correio de Uberlândia” e a revista “Uberlândia Ilustrada”.

Palavras-chave: Educação Pública. História Social. Projetos.

Na pesquisa sobre as concepções e projetos voltados para a educação pública, em Uberlândia, no período entre 1950 e 1970, o alinhamento com o referencial teórico-metodológico da História Social direcionou-me para uma investigação que pensasse a educação enquanto inserida nas relações sociais. Diante do recorte temporal e espacial definidos para a pesquisa, tratava-se de considerar a educação enquanto prática social inserida na sociedade de classes como parte do modo de produção capitalista. A definição de “modo de produção” parte das considerações de Edward Palmer Thompson (2001), que o considera enquanto sendo o conjunto de estratégias, experiências, formas de se relacionar e valores dos indivíduos perpassados pela divisão social em classes. Trata-se por tanto de uma abordagem que considera centrais as relações de produção, mas não as toma enquanto teleologia ou explicativas por si só, ou ainda que a base produtiva exerça um determinismo sobre a vida das

* Graduado em História pela Universidade Federal de Uberlândia – Bacharelado e Licenciatura. A comunicação oral e o presente texto tiveram como base monografia de conclusão de curso: RODRIGUES, Leonardo dos Santos. Educação Pública: Concepções e Projetos – Uberlândia (1950-1970). 2010. 133 fls. (Monografia – Bacharelado e Licenciatura) – Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia-MG, 2010.



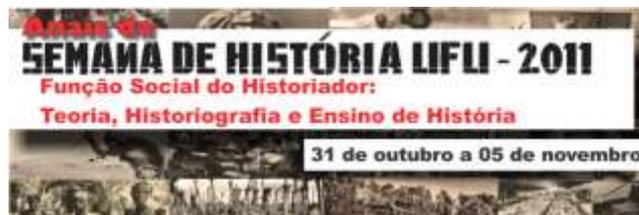
V. 1, n. 1, Uberlândia: 2011. ISSN: 2317-8310

pessoas e as relações cotidianas. No que se refere à Educação Pública em Uberlândia, no período entre 1950 e 1970, procurei sempre atentar para sua inserção no quadro geral da sociedade Brasileira já naquele período fortemente marcada pelo modo de produção capitalista.

O período estabelecido como foco da pesquisa corresponde a um momento em que os governantes brasileiros, apoiados nos setores dominantes da sociedade, adotaram a idéia do progresso e do desenvolvimento econômico como os grandes objetivos a serem alcançados pela nação. A exemplo disso tem-se a expansão e diversificação industrial e a construção da nova capital brasileira, a cidade de Brasília, no planalto central. A administração pública e os principais empresários e latifundiários também se orientaram, no período, pelo desenvolvimento capitalista, tanto que apoiariam o golpe militar de 1964, postura perceptível tanto na imprensa quanto em documentos do legislativo municipal, como no caso de atas da câmara de vereadores, com forte apelo ao anticomunismo (Oliveira, 2001).

Assim sendo, busca-se ultrapassar o determinismo econômico, no sentido de uma compreensão da totalidade da dinâmica social nos seus aspectos econômico, cultural, moral, político, etc. Estando atento a esta questão da totalidade do real, selecionei dois blocos principais de fontes: publicações da imprensa uberlandense, sobretudo o jornal “Correio de Uberlândia” e a revista “Uberlândia Ilustrada”; e processos da Câmara Municipal de Uberlândia.

O estabelecimento de um recorte local não excluiu aqui as inter-relações do município com os níveis estadual e federal, visto que a Educação Pública seguia, sob muitos aspectos, padrões definidos pelas constituições federal e estadual. Como evidência de que a orientação capitalista dos governos estadual e federal deixava marcas significativas na educação pública destaco o fato de que Estado responsabilizava-se apenas com o ensino primário, comprometendo-se manter apenas algumas instituições de ensino secundário. Havia também a vinculação da educação com a preparação para o mercado de trabalho e estava previsto nas constituições o apoio às instituições particulares de ensino. Da mesma forma, estava determinado o auxílio às “crianças carentes” da rede pública, ficando claro que eram concebidos graus de ensino e tipos de instituição de ensino para cada camada da sociedade,



V. 1, n. 1, Uberlândia: 2011. ISSN: 2317-8310

estando o primário voltado para as massas, sendo este o único nível de ensino garantido pelas constituições para quem não pudesse arcar com as despesas inerentes ao estudo em escolas particulares.¹

A restrição da obrigatoriedade do ensino público ao nível primário já estava definido na constituição federal de 1946 e foi mantida nas demais constituições que vigoraram ao longo do período entre 1950 e 1970, de forma que mesmo o texto do documento, que estabelecia o ensino primário como responsabilidade do Estado, praticamente não sofreu alterações:

Art. 168- A legislação do ensino adotará os seguintes princípios:

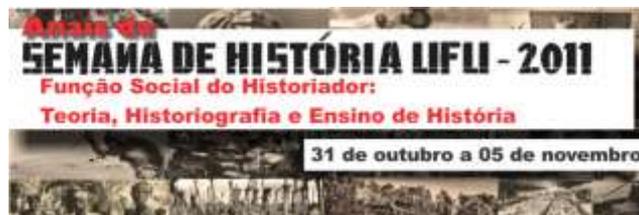
- I- o ensino primário é obrigatório e só será dado na língua oficial;
- II- o ensino primário oficial é gratuito para todos; o ensino oficial ulterior ao primário sê-lo- à para quantos provarem falta ou insuficiência de recursos;

Art. 169- Anualmente, a União aplicará nunca menos de dez por cento, e os Estados, o Distrito Federal e os municípios nunca menos de vinte por cento da renda resultante dos impostos, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Art. 172- Cada sistema de ensino terá obrigatoriamente serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar. (Brasil, 19--: 56, 57)

Desta forma, predominava estabelecimentos de ensino público voltados para o primário, tendência observável em Uberlândia, o que aponta para uma definição do primário enquanto grau de ensino de que necessitava a maioria da população, ou seja, o nível de ensino suficiente para as classes trabalhadoras. Em decorrência disso a constituição já estabelecia o auxílio às crianças carentes apontando como condição para a permanência destas crianças na escola e sua “eficiência” escolar.

¹ As constituições que vigoravam no período a que se refere a pesquisa são: BRASIL. Constituição (1946). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. São Paulo: Edições e Publicações Editora Brasil, [19--]. BRASIL. Constituição (1967). Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: Atlas, 1982. MINAS GERAIS. Constituição (1947). Constituição do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: Imprensa oficial, 1947. MINAS GERAIS. Constituição (1967). Constituição do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: Serviço de Documentação e Divulgação, 1979.



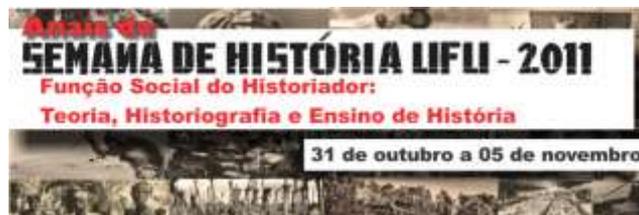
V. 1, n. 1, Uberlândia: 2011. ISSN: 2317-8310

Os processos da Câmara foram analisados de forma a considerar as informações textuais que traziam, o vocabulário, a disposição dos elementos em cada página ou ao longo do processo como um todo, estando atento a possíveis hierarquizações das medidas a serem tomadas. O objetivo desta análise aprofundada era perceber as concepções inerentes a estas fontes, e conseqüentemente aos grupos envolvidos na sua elaboração, ocupantes dos cargos públicos, e também visualizar as medidas efetivamente tomadas.

Parte dos processos consultados dizia respeito às propostas orçamentárias elaboradas para cada ano e às prestações de contas dos anos decorridos. Foi levada em consideração a estruturação das propostas orçamentárias merecendo destaque o fato de que ao longo do período a que se refere a presente pesquisa a educação pública estava incluída em um macro-campo intitulado “Serviço de Educação e Saúde”. Isto mostra a permanência da vinculação entre moral, religião, educação e saúde enquanto áreas interdependentes elaborada ainda no período em que o país foi governado por Getúlio Vargas.

Dentro deste campo existia o subtítulo “Educação Pública”, sendo uma das suas áreas de gastos “Manutenção de alunos pobres em estabelecimentos de ensino” que dizia respeito a bolsas de estudo custeadas pela prefeitura, de forma que alunos considerados pobres, e que preenchiam a determinados requisitos, estudavam em escolas particulares. Esta organização das propostas orçamentárias foi mantida até o final da década de 60 e mostra que os limites entre os setores público e privado diferiam dos padrões contemporâneos. O dinheiro reservado para as bolsas era direcionado às instituições particulares, e mesmo assim estes gastos eram incluídos em “Educação Pública”.

Já o auxílio aos caixas escolares, sendo estes fundos mantidos em escolas públicas para compra de materiais e uniformes para crianças carentes, estavam incluídos em “Segurança Pública e Assistência Social”. Daí conclui-se que esta despesa no orçamento não era considerada pertencente ao campo da Educação Pública, e nem era tida como uma obrigação do Estado, pois, vinha rotulada como “auxílio”, ou seja, encarada como beneficência. Existe implícita nesta forma de elencar as despesas do município também a concepção de carência como perigo para a “sociedade”; não por acaso, o dinheiro destinado a



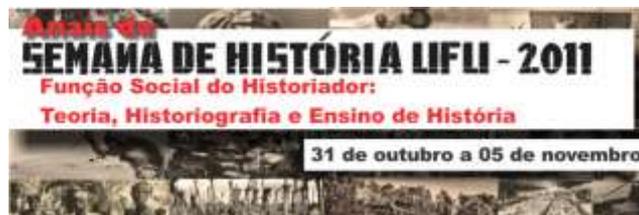
V. 1, n. 1, Uberlândia: 2011. ISSN: 2317-8310

auxiliar as crianças “carentes” na compra de seus materiais e uniformes está inserido na área de Segurança Pública e Assistência Social.

Na proposta orçamentária para o ano de 1950 foram destinados Cr\$ 15.000,00 para o auxílio às caixas escolares, divididos entre os grupos escolares Bueno Brandão, Dr. Duarte e Cel. Carneiro. Já o gasto previsto com a manutenção de “alunos pobres” em escolas particulares foi orçado também em 15 mil cruzeiros divididos para três colégios: Colégio Nossa Senhora das Lágrimas, Colégio Brasil Central e Escola Técnica de Comércio; encontrando-se inserido no campo da Educação Pública, o que não deixa de ser curioso, visto que as verbas iriam para instituições particulares, além de atender número reduzido de alunos. O total proposto para a educação pública foi de 1.136.480 cruzeiros, ao passo que em 1948 teriam sido gastos 583.422,20 cruzeiros. A documentação analisada não aponta para mudanças significativas do ponto de vista qualitativo na passagem da década de 50 para a de 60, de forma que houve transformações substancialmente quantitativas, que não alteraram, no geral, a forma de conceber a educação pública. O auxílio às caixas escolares, por exemplo, fora mantido e continuava incluso nos gastos de “Segurança Pública e Assistência Social”.

Em proposta orçamentária para o ano de 1960 foi fixado um total de Cr\$ 66.450.000,00 para a despesa do ano e o documento estudado trazia uma discriminação minuciosa da destinação dos recursos em uma extensa planilha. Para a educação seriam destinados 12.325.200 cruzeiros, ou seja, 18,5% da receita, abaixo da porcentagem determinada pelas constituições federal e estadual. Em se tratando dos dois itens até então destacados, o auxílio aos caixas escolares das escolas públicas e as bolsas de estudo em instituições privadas, um primeiro ponto que discuto aqui diz respeito às áreas em que estas medidas estão encaixadas. No caso da contribuição aos caixas, são destinados Cr\$ 60.000,00 cruzeiros, e está incluída no tópico “Segurança Pública e Assistência Social”. No caso das bolsas, o valor é de Cr\$ 200.000,00, e continuam incluídas nos gastos com “Educação Pública”.

Vale salientar que na maioria dos processos de prestação de contas, e mesmo em propostas orçamentárias, o total destinado à educação ficava abaixo dos 20% determinados



V. 1, n. 1, Uberlândia: 2011. ISSN: 2317-8310

pelas constituições federal e estadual. A tabela a seguir permite uma visualização desta tendência no decorrer das décadas de 50 e 60:

Tabela 1- Valor destinado à educação nas propostas orçamentárias

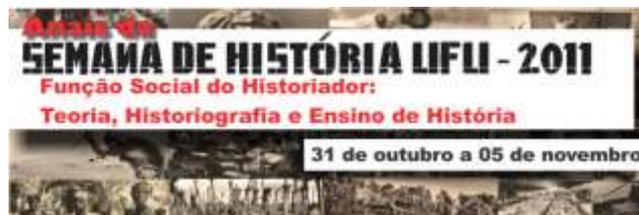
Ano	Total previsto	Destinado à educação	Percentual para a educação
1950	Cr\$ 6.650.000,00	Cr\$ 1.136.480,00	17,1%
1955	Cr\$ 20.000.000,00	Cr\$ 3.875.800,00	19,4%
1960	Cr\$ 66.450.000,00	Cr\$ 12.325.200,00	18,5%
1971	NCr\$ 7.776.000,00	NCr\$ 812.618,75	10,5%

Um processo da Câmara Municipal de Uberlândia, do ano de 1954 tratava do auxílio aos caixas escolares ainda de três instituições de ensino, como ocorria na proposta orçamentária para 1950, mas com uma elevação de 3.000 cruzeiros no valor estabelecido:

Art. 1º- Fica concedido para o próximo exercício, a cada uma das Caixas Escolares dos Grupos "Buena Brandão", "Dr. Duarte" e "Cel. Carneiro", desta cidade, um auxílio de Cr\$8.000,00(oito mil cruzeiros).

Art. 2º Por dotações próprias do orçamento de 1955, correrá o pagamento de auxílios a que se refere o artigo anterior. (CAMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Processo n. 839, projeto n.653. "Prefeito concede auxílio a Caixas escolares." 30 de novembro de 1954)

Destaco em relação a este documento, o caráter assistencialista dessa prática, de repasse de verbas para os caixas escolares, e que, portanto, abria poucas possibilidades de alteração das condições sociais e relações de poder que colocavam aqueles alunos na condição de pobreza, ainda que fosse mais abrangente que a prática das bolsas de estudo mencionadas acima. Acredito que o auxílio para compra do uniforme e do material escolar tivesse pouco efeito sobre outros elementos das condições de vida destes alunos e de seus familiares, como no caso do alto custo de vida, mencionado em periódicos, mas também em documentos oficiais. A prática do auxílio aos caixas escolares tinha sido naturalizada e era tratada já como tradição, o que era apontado inclusive como justificativa para manutenção da mesma:



V. 1, n. 1, Uberlândia: 2011. ISSN: 2317-8310

Os auxílios previstos no projeto de lei vêm sendo concedidos anualmente por este município e já constam da proposta orçamentária para o próximo exercício.

(...)

Envio anexo, o projeto de lei que se aprovado por essa Câmara, autorizará o auxílio de Cr\$ 8.000,00 (oito mil cruzeiros) a cada uma das Caixas Escolares dos Grupos Estaduais desta cidade, que vem sendo concedida há vários anos, como ajuda aos estudantes pobres desses estabelecimentos (CAMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Processo n. 839, projeto n.653. "Prefeito concede auxílio a Caixas escolares." 30 de novembro de 1954).

A tabela a seguir traz a relação dos valores destinados pela prefeitura ao auxílio aos caixas escolares, incluindo o número de escolas atendidas:

Tabela 2- Auxílio aos caixas escolares

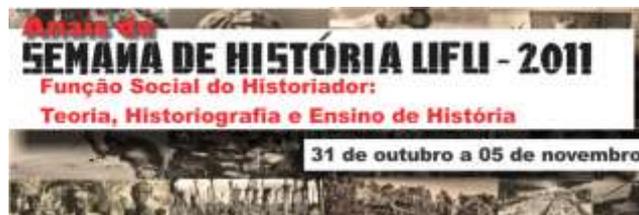
Ano	Nº de escolas atendidas	Valor destinado a cada escola em Cr\$	Total destinado ao auxílio em Cr\$
1950	3	5.000,00	15.000,00
1954	3	8.000,00	21.000,00
1956	6	10.000,00	60.000,00
1958	7	7.500,00	52.500,00
1960	8	7.500,00	60.000,00
1963	17	50.000,00	850.000,00
1967	21	50.000,00	1.050.000,00
1968*	28	50,00	1.400,00

(*) No ano em questão houve alteração da moeda corrente, de forma que o cruzeiro foi substituído pelo cruzeiro novo (NCr\$), sendo que um cruzeiro novo valia cerca de 1.000,00 cruzeiros.

A tabela a seguir mostra os valores destinados à manutenção de bolsistas nas escolas particulares da cidade, incluindo tanto o gasto com o projeto de bolsas como um todo quanto o valor destinado a cada escola:

Tabela 3 – Manutenção de alunos pobres em instituições particulares de ensino

Ano	Nº de escolas atendidas	Valor destinado a cada instituição em Cr\$	Total destinado ao programa de bolsas em Cr\$
1950	3	5.000,00	15.000,00
1954	3	25.000,00	75.000,00
1958	5	32.000,00	160.000,00
1960	5	40.000,00	200.000,00
1961	5	*	300.000,00



V. 1, n. 1, Uberlândia: 2011. ISSN: 2317-8310

1962	6	120.000,00	720.000,00
1963	6	300.000,00	1.800.000,00

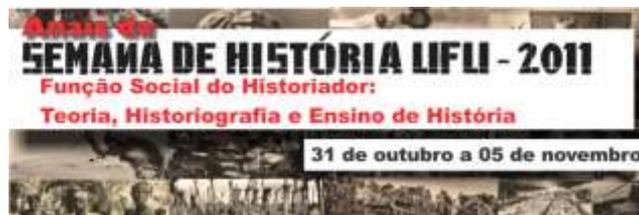
(*) No ano em questão as instituições receberiam valores diferentes entre si distribuídos da seguinte forma: Colégio Nossa Senhora, Cr\$ 40.000,00; Colégio Brasil Central, Cr\$ 120.000,00; Liceu de Uberlândia, Cr\$ 50.000,00; Conservatório Municipal, Cr\$ 40.000,00; Ginásio Cristo Rei, Cr\$ 50.000,00. CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Processo n. 1647. Projeto n. 1363. 06 de Dezembro de 1961.

A decisão de incluir publicações da imprensa local na pesquisa sobre os projetos e concepções referentes à Educação Pública em Uberlândia surgiu da constatação de que alguns dos representantes das elites locais, ocupantes de cargos públicos, tinham ao também estreita vinculação com órgãos de imprensa. O exemplo mais típico foi Jerônimo Arantes, que conforme destacou Sandra Cristina Fagundes de Lima, foi diretor da Revista Uberlândia Ilustrada, publicada entre 1939 e 1961, Jerônimo foi inspetor municipal de ensino, de 1933 a 1946, e chefe do serviço de Educação e Saúde de 1946 a 1961. Arantes também foi proprietário de uma escola de ensino privado e atribuiu a si mesmo o papel de memorialista escrevendo livros e artigos sobre a história de Uberlândia.

A utilização da imprensa como fonte na presente pesquisa partiu da premissa da inserção dos jornais e revistas nas relações sociais, de forma que ultrapassam a condição de depositários de notícias, e se envolvem nas disputas cotidianas, embora nem sempre essa inserção é explicitada nos textos impressos, predominando nos materiais analisados a tendência a colocar como objetivos “falar em nome de todos”, “manter o cidadão informado” ou representar os interesses da cidade. O espaço urbano é muitas das vezes idealizado como horizontalmente coeso, marcado por interesses que seriam de toda a população, mas em muitas brechas, propositais ou não, as divergências chegam até as páginas dos periódicos, mesmo em se tratando de cisões entre as classes dominantes.

Tratou-se de um esforço por cruzar diferentes tipos de fontes, de forma a perceber como os grupos dominantes e os políticos locais pensaram e conduziram a educação pública, e a partir daí inseri-la na totalidade da dinâmica social. Como afirma Heloísa Cruz (2008, p. 32) :

Pensar a imprensa com esta perspectiva implica, em primeiro lugar, tomá-la como uma força ativa da história do capitalismo e não como mero depositário de acontecimentos nos diversos processos e conjunturas. Implica, sim, trazer para cada conjuntura e problemática que se investiga os desdobramentos teóricos e metodológicos que ela encaminha, articulando a análise de qualquer publicação ou periódico ao campo de lutas sociais no interior do qual se constitui e atua. Nessa concepção, o estudo da imprensa



V. 1, n. 1, Uberlândia: 2011. ISSN: 2317-8310

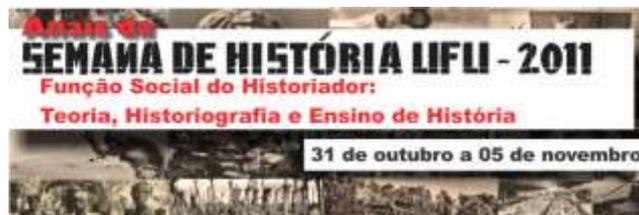
desloca-se da história dos meios de comunicação em direção à história social.

A professora Marta Emísia Barbosa também traz contribuições para o debate teórico metodológico relativo à utilização da imprensa na pesquisa historiográfica. A autora lembra que existem diferentes possibilidades de tratamento para com a imprensa, indo desde a coleta de notícias, até um posicionamento crítico atento à sua inserção nas relações sociais:

Esta última posição exige um processo de aprendizagem, porque implica escolhas políticas fundamentais. Impele estabelecer um lugar da crítica social, posicionar-se em relação aos sujeitos que vivem diferentes e desiguais experiências que se confrontam em meio a interesses antagônicos. A depender de nossas escolhas teórico-metodológicas e políticas, a forma de investigar os diferentes temas e fontes sofrerá modificações, seja para construir visibilidades necessárias das relações sociais, seja para silenciar. (BARBOSA: 2006, p. 267)

De um modo geral, tanto no jornal “Correio” quanto na revista “Uberlândia Ilustrada” predominavam concepções de educação muito próximas daquelas observadas nos processos da Câmara Municipal: divisão classista da educação com instituições e níveis de ensino considerados próprios a cada camada social; incentivo às práticas assistencialistas em relação a alunos carentes; fluidez dos limites das atribuições do Estado em relação a instituições públicas e privadas, de forma que escolas dos dois âmbitos receberam homenagens nas páginas dos periódicos, quase sempre acompanhadas de denúncias de falta de apoio da parte de órgãos públicos; e apologia às atividades cívicas e competições esportivas consideradas importantes para a manutenção da moral, da ordem e da saúde.

Ainda assim, as publicações da imprensa local possibilitaram a compreensão de aspectos do quadro geral da educação em Uberlândia pouco referenciados nos processos da Câmara, sendo um deles a existência de instituições voltadas para a “instrução”, bem como “acolhimento”, de crianças órfãs e desabrigadas. Na revista Uberlândia Ilustrada, por exemplo, foi publicada matéria sobre o Patronato de Menores, localizado fora do perímetro urbano, voltado para o acolhimento de meninos de rua, que recebiam a alfabetização e também aprendiam alguns ofícios. Na revista, também condenam-se as desconfianças em



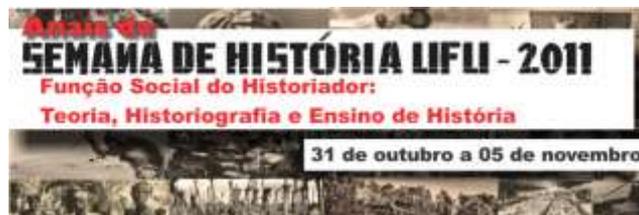
V. 1, n. 1, Uberlândia: 2011. ISSN: 2317-8310

relação à utilização dos recursos no Patronato (UBERLÂNDIA ILUSTRADA. n. 18. Uberlândia, fev. 1954.). Em 1951 o jornal *Correio* havia publicado artigo de título “Cidade dos meninos” que apontava o abandono de menores como fonte da criminalidade, questão que seria do conhecimento de todos, afirmando que “o desamparado de hoje será o desajustado social de amanhã” (JOÃO EDISON DE MELLO .Cidade dos meninos. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 16 set. 1951. p.1).

Existe, no artigo, o reconhecimento do valor dos patronatos de menores, mas eles teriam algumas limitações, sobretudo porque, de acordo com o artigo, o caráter de caridade de que se revestiam tendia a levar os “abrigados” a desenvolverem complexos de inferioridade, uma formação cheia de recalques, com conseqüências nocivas para a formação do caráter. É o primeiro artigo a expressar críticas a uma iniciação precoce das crianças nas atividades laborais, reconhecendo que a diversão e as brincadeiras eram importantes para o desenvolvimento, quadro difícil de ser alterado nos patronatos pois muitas das vezes o trabalho dos menores era indispensável à manutenção das instituições.

Diante disso, a “Cidade dos meninos” foi apontada como exemplo de instituição para menores abandonados a ser implantada na cidade, na medida em que o menino se sentiria em casa e teria uma formação mais voltada para o desenvolvimento da iniciativa própria “livre de complexos e de recalques, aperfeiçoando ou adquirindo mesmo espírito de iniciativa”.

Outro aspecto presente nas publicações da época diz respeito à denúncias da precariedade do ensino público, sobretudo em se tratando das instalações das escolas, denúncias sempre mais incisivas no *Jornal Correio de Uberlândia* que na *Revista Uberlândia Ilustrada*. Ainda no ano de 1951, um artigo da autoria de Maria Teresa (MARIA TERESA. Escolas Municipais. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 7 jul. 1951. s. p.), trata de um aspecto que também foi perceptível em processos da Câmara Municipal de Uberlândia analisados na Monografia de conclusão de curso: o funcionamento de escolas diferentes no mesmo prédio. No artigo acima mencionado, fala-se do Grupo Municipal Augusto Cesar, em funcionamento desde 1937, ou seja, há quatorze anos, à noite, no prédio do Grupo Escolar Bueno Brandão, cujos alunos eram maiores de doze anos, com uma freqüência de 300 rapazes e moças. Faziam parte do grupo municipal 1 servente e 9 professoras, além da diretora Nilza



V. 1, n. 1, Uberlândia: 2011. ISSN: 2317-8310

Guimarães Cunha. A autora do artigo lembra que não havia porteiro, e não há referências a bibliotecárias ou secretárias. São apontadas várias carências enfrentadas pela comunidade do Grupo Municipal Augusto Cesar. As salas de aula não eram suficientes, de forma que classes diferentes dividiam uma mesma sala, de forma que as professoras tinham de elevar bastante sua voz e fazer um revezamento, enquanto uma turma ouvia exposições orais, a outra realizava exercícios escritos. As turmas tinham cerca de 60 alunos, de forma que nas salas com duas turmas o total chegava a 100 alunos num mesmo espaço, o que a autora considera extremamente anti-pedagógico.

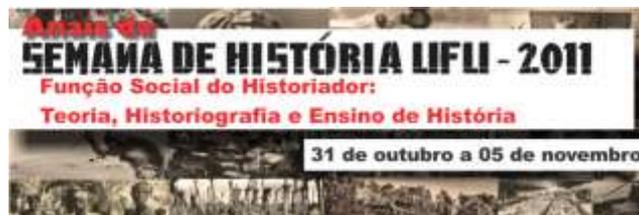
A maioria dos artigos denunciando problemas na rede pública atribuíam suas causas a um descaso do governo estadual em relação ao Município:

Parece incrível mas é verdade. É mais fácil o mundo acabar que o Estado de Minas fazer alguma coisa em Uberlândia ou em qualquer outra cidade do Triângulo Mineiro. E a imprensa regional anda pendurada de queixas contra os nossos “vizinhos” mineiros cuja função única é tomar-nos dinheiro aos montes, dinheiro que, naturalmente, gastam e esbanjam das maneiras mais escusas em escândalos e negociatas, pelo egoísmo e protecionismo de sua linda e boemia capital. (900 crianças uberlandenses estão sem seu grupo escolar. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 25 fev. 1958.)

O artigo parece dialogar com a tendência de separatismo do triângulo mineiro, questão abordada por Selmane Felipe Oliveira (2002), na medida em que chega a referir-se aos mineiros como “vizinhos”. Segundo o artigo, o risco de desabamento era iminente, e refere-se aos alunos que ali estudam como “meninos e meninas pobres” sem condições de pagar pelos estudos. Outro ponto destacado foi o de que a situação vinha sendo alertada ao governo estadual já há algum tempo, mas não foram tomadas providências.

Conclui-se que a imprensa e os documentos da Câmara Municipal de Uberlândia expunham muitas concepções em comum no que diz respeito à Educação Pública no período entre 1950 e 1970. Isto talvez esteja associado ao fato de que os grupos sociais com acesso aos cargos públicos eram praticamente os mesmos que monopolizavam a imprensa local, sendo Jerônimo Arantes o exemplo mais claro dessa confluência de interesses e perspectivas.

Ainda assim, os dois campos documentais permitiram observar alguns aspectos das concepções e projetos para a educação que não estiveram presentes em ambos ao mesmo



V. 1, n. 1, Uberlândia: 2011. ISSN: 2317-8310

tempo. Isto se deve, em parte, às especificidades de cada uma destas fontes, o que inclui uma maior circulação das publicações da imprensa e um vocabulário mais técnico no caso dos processos. Estas são questões que devemos atentar sempre que buscamos cruzar diferentes tipos de fontes, ainda que tratando de um mesmo objeto, visto que cada um deles tem um circuito de produção e circulação, linguagem e historicidade próprios.

Referências Bibliográficas

- BARBOSA, Marta Emísia Jacinto. Sobre história: imprensa e memória. In. : ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun; MACIEL, Laura Antunes. (Orgs.). *Outras histórias: Memórias e Linguagens*. São Paulo: Olho d'Água, 2006. p. 267.
- Correio de Uberlândia*. Uberlândia. Publicações entre 20 de fevereiro de 1938 e 19 e agosto de 1968.
- CRUZ, Heloísa de Faria. No avesso das comemorações: memória, historiografia e o bicentenário da imprensa. *História & Perspectivas*. Uberlândia, n. 39. Jul. dez. 2008. pp.11-36.
- LIMA, Sandra Cristina Fagundes de. *Memória de si, história dos outros: Jerônimo Arantes, educação, história e política em Uberlândia nos anos de 1919 a 1961*. Campinas: São Paulo, 2004. (tese de doutorado)
- THOMPSON, Eduard Palmer. Intervalo: A lógica histórica. In: _____. *A miséria da teoria* ou um planetário de erros. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1981. p. 47-62.
- OLIVEIRA, Selmane Felipe de. *Crescimento urbano e ideologia burguesa: estudo do desenvolvimento capitalista em cidades de médio porte; Uberlândia (1950-1985)*. Uberlândia: Rápida editora, 2002.
- _____. *Minas Gerais na ditadura militar: Lideranças e Práticas Políticas (1971- 1983)*. Uberlândia : Rápida Editora, 2001.
- REZENDE, Marilza Abrahão Pires. *A educação mineira dos anos 60 / 70*. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. 1993.
- UBERLÂNDIA ILUSTRADA. Publicações entre: n. 3. Uberlândia, maio/1939. e 25 abr. 1955.